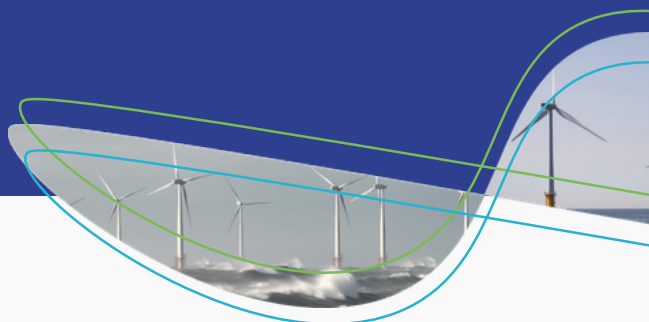


SAIBA MAIS SOBRE AS DIRETRIZES PARA A GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA OFFSHORE

RESOLUÇÃO CNPE Nº 1/2026

Estabelece diretrizes fundamentais para a regulamentação do Marco Legal das Eólicas Offshore no Brasil. A norma define regras para o aproveitamento de energia elétrica offshore, utilizando o Planejamento Espacial Marinho (PEM) para a seleção de áreas.



GERAÇÃO OFFSHORE SUSTENTÁVEL

Energia renovável, segura e competitiva para o Brasil.



Energia renovável



Segurança e confiabilidade



Competitividade econômica



Desenvolvimento para o Brasil



Transição energética justa e segura

Declaração de interferência prévia (DIP)

Identificação antecipada de interferências para mais segurança e eficiência no processo de licenciamento.

Portal único de Gestão de Áreas Offshore (PUG)

Balcão único digital com informações georreferenciadas, transparência e integração de dados.

DEFINIÇÃO LOCACIONAL DOS PRISMAS

Seleção de áreas com base em critérios técnicos, ambientais, sociais e econômicos e integração com políticas públicas.

Áreas prioritárias definidas pelo CNPE consideram:

- Potencial energético
- Aspectos socioeconômicos
- Aspectos ambientais
- Infraestrutura
- Custos



PRINCÍPIOS QUE ORIENTAM



Sustentabilidade ambiental



Respeito às comunidades e ao uso do mar



Segurança jurídica e regulatória



Eficiência econômica e competitividade



Transição energética justa e segura



Desenvolvimento do Brasil e da indústria nacional

PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS

Definição de participação, forma de pagamento, sanções e metodologia de cálculo com equilíbrio econômico.

PROMOÇÃO DA INDÚSTRIA NACIONAL

Parâmetros para incentivar conteúdo local, tecnologia e desenvolvimento da cadeia de suprimentos.



AGENDA DE IMPLEMENTAÇÃO

1



Regulamentação da Lei nº 15.097/2025

MME com apoio do GT Eólicas Offshore

2



Fluxo do processo da DIP

Definição de órgãos emissores, entidade centralizadora, prazos e taxa

3



Seleção de áreas

EPE desenvolverá a Metodologia de Seleção de Áreas para Oferta

4



Operacionalização do PUG Offshore

Estruturação do portal e integração das bases de dados

5



Portaria de diretrizes

MME com apoio do GT Eólicas Offshore